37014020 08550.000455/2026-58

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Acesso à Justiça

PLANO DE TRABALHO

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA SAJU/MJSP Nº 4/2026

TRANSFEREGOV.BR PLANO DE AÇÃO Nº 30970620260004-006233

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA	
1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável	
Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Secretaria Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SAJU/MJSP
Nome da autoridade competente:	SHEILA SANTANA DE CARVALHO
Número do CPF:	***.246.***-58
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SAJU/MJSP
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Portaria CC/PR nº 188, de 16 de fevereiro de 2024, publicada em 19/02/2024, Edição: 33, Seção: 2, Página: 1
1.2. UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	UG 200450 / Gestão 00001 - SAJU
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	UG 200450 / Gestão 00001 - SAJU

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA	
2.1. Unidade Descentralizada e Responsável	
Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista (CBS), Instituto de Saúde e

	Sociedade (ISS).
Nome da autoridade competente:	RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO
Número do CPF:	***.777.***39
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Campus Baixada Santista (CBS), Instituto de Saúde e Sociedade (ISS), Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva (DPPSC).
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Decreto de 6 de Julho de 2023, de 6 de julho de 2023, 202º da Independência e 135º da República
2.2. UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	UG 153031/15250 - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	UG 153031/15250 - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

3. OBJETO

Execução do projeto “Tecendo uma Justiça Antirracista – Práticas Plurais no Acesso à Justiça”, destinado ao desenvolvimento de ações de pesquisa, formação, sistematização e difusão de conhecimentos sobre práticas antirracistas e barreiras de acesso à justiça enfrentadas por movimentos sociais negros

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

Objetivos geral e específicos

Objetivo geral:

- Desenvolver um programa formativo, por meio de plataformas educacionais, de compreensão territorializada, que instrumentalize agentes públicos e sociedade civil para a consolidação de práticas antirracistas e interseccionais no âmbito do acesso à justiça, rompendo com as violências raciais e fomentando respostas institucionais plurais, sensíveis e situadas.

Objetivos específicos:

- Realização de programa formativo com duração de 12 (doze) meses com a finalidade de capacitação técnico crítica de agentes públicos e da sociedade civil para o fortalecimento de práticas antirracistas e interseccionais.
- Mapear e sistematizar as demandas, trajetórias e barreiras institucionais enfrentadas por, no mínimo, seis movimentos e coletivos de luta antirracista no acesso à justiça, a fim de subsidiar a formulação de estratégias institucionais voltadas à promoção da justiça racial e ao fortalecimento da participação social.
- Sistematização do conhecimento acumulado e os saberes compartilhados ao longo do projeto para a formulação e difusão de materiais didático científicos pedagógicos, culminando na produção de publicações impressas e digitais voltadas à democratização do acesso à justiça e ao fortalecimento do controle social.

Público-alvo

- Agentes públicos federais, estaduais e municipais integrados ao Sistema de Justiça e Segurança Pública, e demais interessados do estado de São Paulo;
- Integrantes de movimentos sociais, lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil engajados na construção de práticas antirracistas e na defesa de direitos do estado de São Paulo.

Ações e atividades do projeto:

As ações e atividades do projeto estão organizadas ao longo de doze meses e se estruturam a partir da articulação entre a universidade, os movimentos sociais e os agentes públicos.

O trabalho tem início no primeiro mês com a realização do evento de lançamento do curso de extensão, momento em que se inauguram as atividades públicas e a apresentação da proposta aos participantes. Em seguida, a partir do segundo mês e com duração até o décimo mês, a equipe se dedica ao mapeamento das demandas e dos entraves encontrados por pelo menos seis movimentos e coletivos de luta antirracista no que diz respeito ao acesso à direitos e a justiça.

Paralelamente a esse processo de escuta e pesquisa, entre o quarto e o sexto mês, ocorre a realização do curso de capacitação, que pretende formar no mínimo quatrocentas pessoas, entre agentes públicos e sociais, pautando o enfrentamento ao racismo sob uma perspectiva interseccional.

A partir do sétimo mês, as atividades de campo se expandem para o mapeamento de práticas antirracistas que já vêm sendo produzidas nos territórios e nas costuras entre os órgãos de justiça, segurança pública e a sociedade civil. Esse levantamento também se estende até o décimo mês.

Por fim, os dois últimos meses do cronograma são direcionados à sistematização de todo o acúmulo produzido pela pesquisa extensão, concentrando os esforços na finalização, edição e publicação dos produtos pedagógicos e científicos do projeto, que consistem em uma cartilha e um e-book institucional.

Metas, etapas e produtos

Meta 1 - Implementar o programa formativo de capacitação técnico-crítica para agentes públicos e sociedade civil em articulação com o mapeamento e diagnóstico de demandas territoriais e práticas inovadoras no sistema de justiça, culminando na difusão de materiais didático-científicos de suporte ao controle social.

Etapa 1.1: Preparação do Curso "Tecendo uma Justiça Antirracista – Práticas Plurais no Acesso à Justiça".

Produto: Preparação do curso com a consolidação e apresentação do plano de estudos, a estruturação da plataforma de ensino ou espaço das aulas e o material de divulgação institucional.

Etapa 1.2: Realização do evento de lançamento do curso.

Produto: Realização de evento de lançamento de curso para no mínimo 100 participantes

Etapa 1.3: Mapear demandas e barreiras de acesso à justiça de, ao menos, seis (06) movimentos/coletivos de luta antirracista do Estado de São Paulo.

Produto: Relatório de pesquisa contendo o diagnóstico das demandas, das trajetórias e dos entraves institucionais enfrentados por, no mínimo, seis movimentos e coletivos de luta antirracista no acesso à justiça

Etapa 1.4: Capacitar, ao menos, 400 participantes no curso "Tecendo uma Justiça Antirracista – Práticas Plurais no Acesso à Justiça".

Produto: Certificação de, pelo menos, 400 participantes (agentes públicos e sociais) que concluíram as atividades formativas do curso, acompanhada dos respectivos registros de frequência, avaliações e do conteúdo pedagógico ministrado.

Etapa 1.5: Mapear práticas antirracistas de acesso à justiça desenvolvidas na interface Justiça, Segurança Pública e Sociedade Civil.

Produto: Relatório de pesquisa analítico que reúne as experiências, os saberes e as práticas antirracistas já existentes na interface entre o sistema de justiça, a segurança pública e a sociedade civil.

Etapa 1.6: Finalização e publicação de uma cartilha informativa e de um e-book científico/pedagógico, produzidos em coautoria com a equipe técnica e pesquisadores sociais, editados e finalizados por Editora Universitária.

Produto: Publicação de uma cartilha informativa e de um e-book científico/pedagógico, produzidos em coautoria com a equipe técnica e pesquisadores sociais, editados e finalizados por Editora Universitária.

Indicadores de Resultado.

Etapa 1: Preparação do curso, realização e registro do evento inaugural do curso.

- Percentual de conclusão da preparação do curso, com plano de estudos validado, plataforma operacional e material de divulgação concluído até a data prevista.
- Meio de verificação: relatório técnico de planejamento, plano de curso consolidado, registros da plataforma de ensino parametrizada, cópias do material de divulgação institucional aprovado.

Etapa 2: Realização de evento de lançamento de curso para no mínimo 100 participantes.

- Taxa de ocupação do evento presencial (meta mínima de 100 participantes aferida via lista de presença) e número absoluto de acessos ou visualizações únicas na transmissão digital de lançamento.
- Meio de verificação: lista de presença física assinada pelos participantes e relatório analítico de métricas extraído da plataforma de transmissão digital comprovando os acessos ou visualizações únicas.

Etapa 3: Mapear demandas e barreiras de acesso à justiça dos movimentos e coletivos com atuação antirracista.

- Número absoluto de coletivos e movimentos sociais negros efetivamente mapeados e entrevistados pelas equipes de pesquisa no Estado de São Paulo.
- Meio de verificação: relatório de pesquisa de campo contendo a catalogação nominal dos coletivos abordados.

Etapa 4: Capacitar, ao menos, 400 participantes no curso "Tecendo uma Justiça Antirracista – Práticas Plurais no Acesso à Justiça".

- Taxa de certificação formativa (razão entre o número de concluintes e o número de participantes inscritos multiplicado por 100).
- Índice percentual de avaliação positiva (Bom/Excelente) atribuído pelos discentes na avaliação do conteúdo ministrado.
- Meio de verificação: relatório gerencial emitido pela plataforma de ensino contendo a lista nominal dos 400 concluintes aptos à certificação, e relatório de tabulação dos dados extraídos dos formulários de avaliação de reação (pesquisa de satisfação) preenchidos pelos alunos.

Etapa 5: Mapear práticas antirracistas de acesso à justiça desenvolvidas na interface Justiça, Segurança Pública e Sociedade Civil.

- Número absoluto de práticas institucionais e sociais antirracistas mapeadas, catalogadas e sistematizadas na pesquisa de campo.
- Meio de verificação: relatório analítico de pesquisa de campo contendo a matriz de catalogação e a descrição técnica de cada prática institucional e social antirracista identificada.

Etapa 6: Finalização e publicação da cartilha informativa e do e-book científico pedagógico

- quantidade de produtos finalizados e disponibilizados: 2 produtos.
- meio de verificação: Relatório gerencial de tráfego e métricas extraído dos servidores ou do repositório digital oficial da UNIFESP, demonstrando o número absoluto de downloads das obras, acompanhado dos links públicos para acesso aos arquivos finais.

Custos Indiretos: (aluguéis, manutenção e limpeza de imóveis, fornecimento de energia elétrica e de água; e serviços de comunicação de dados e de telefonia, taxa de administração e consultoria técnica, contábil e jurídica, e limite de vinte por cento do valor global pactuado conforme previsto nos artigos 2º e 8º do Decreto 10.426, de 2020)

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

A celebração deste Termo de Execução Descentralizada (TED) fundamenta-se na necessidade de enfrentar as assimetrias históricas produzidas pelo racismo estrutural e institucional, que incidem diretamente sobre as trajetórias de grupos historicamente marginalizados no acesso ao sistema de direitos. A garantia de uma justiça democrática e equitativa pressupõe a superação de entraves burocráticos e sociais que apartam os movimentos sociais negros e as comunidades periféricas das esferas institucionais de proteção e cidadania.

O projeto "Tecendo uma Justiça Antirracista – Práticas Plurais no Acesso à Justiça" propõe uma articulação orgânica entre a produção de saberes e as realidades concretas dos territórios. Ao adotar uma metodologia de pesquisa-extensão e uma perspectiva crítica, interseccional e situada, a iniciativa identifica e diagnostica as barreiras que obstaculizam o ingresso e a permanência de coletivos de luta antirracista no sistema de justiça, mas também reconhece, visibiliza e valoriza as tecnologias sociais e as práticas de resistência que esses próprios movimentos, ou mesmo as instituições, já produzem em seu cotidiano.

A parceria estabelecida entre a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (SAJU/MJSP) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), especificamente por meio do Circuladô: Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais, justifica-se pela convergência de esforços institucionais em direção à qualificação das políticas públicas, especialmente, diante da experiência de formação de agentes públicos de segurança e operadores de justiça de integrantes do grupo. A universidade pública cumpre aqui o seu papel social indissociável ao aproximar o rigor científico do saber popular, promovendo uma escuta atenta que se desdobra em formação e incidência concreta na realidade.

A relevância da proposta se materializa na capacitação de agentes públicos e sociais, criando pontes de diálogo com operadores da justiça e da segurança pública. Essa formação contínua, associada ao mapeamento de práticas antirracistas existentes e à formulação de materiais pedagógicos de livre acesso (cartilha e e-book), instrumentaliza o Estado e a sociedade civil para a desconstrução de lógicas excludentes.

Dessa forma, a descentralização de recursos por meio deste TED qualifica a atuação governamental, consolida redes de proteção, especialmente, no estado de São Paulo e fornece subsídios fundamentais para a formulação de políticas públicas de acesso à justiça orientadas pela equidade e pela garantia intransigente dos direitos humanos.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

	Sim
X	Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
X	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2°)		
A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?	X	sim
		não
O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:	R$ 100.457,94 (custo indireto) referente a DOA FapUnifesp e Campus resultando em 11,8185811764706 % de custos indiretos.	

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (metas e etapas)

METAS	DESCRIÇÃO DA META	Valor Total da Meta	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário da Etapa	Valor Total da Etapa	Início da Vigência	Término da Vigência	PRODUTO
1	Meta 1. Implementar o programa formativo de capacitação técnico-crítica para agentes públicos e sociedade civil em articulação com o mapeamento e diagnóstico de demandas territoriais e práticas inovadoras no sistema de justiça, culminando na difusão de materiais didático-científicos de suporte ao controle social.	R$ 749.542,06	Etapa 1.1 Preparação e estruturação do Curso "Tecendo uma Justiça Antirracista – Práticas Plurais no Acesso à Justiça".	Unidade	1	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00	01/11/2026	01/03/2027	Preparação do curso, realização e registro do evento inaugural do curso, incluindo a consolidação do plano de estudos, a estruturação da plataforma de ensino ou espaço das aulas e o material de divulgação institucional. - Evento de lançamento com a apresentação do plano de estudo, objetivos e público alvo.
			Etapa 1.2 Realização de evento de lançamento do curso com a participação da sociedade civil, sistema de justiça e agentes de segurança pública.	Unidade	1	R$ 100.171,06	R$ 100.171,06	01/11/2026	20/12/2026	Realização de evento de lançamento de curso para no mínimo 100 participantes.
			Etapa 1.3 Mapear demandas e barreiras de acesso à justiça de, ao menos, seis (06) movimentos/coletivos de luta antirracista.	Unidade	1	R$ 160.000,00	R$ 160.000,00	01/01/2027	01/09/2027	Relatório de pesquisa contendo o diagnóstico das demandas, das trajetórias e dos entraves institucionais enfrentados por, no mínimo, seis movimentos e coletivos de luta antirracista no acesso à justiça.
			Etapa 1.4 Capacitar, ao menos, 400 participantes no curso "Tecendo uma Justiça Antirracista – Práticas Plurais no Acesso à Justiça".	Unidade	1	R$ 230.000,00	R$ 230.000,00	01/03/2027	01/08/2027	Certificação de, pelo menos, 400 participantes (agentes públicos e sociais) que concluíram as atividades formativas do curso, acompanhada dos respectivos registros de frequência, avaliações e do conteúdo pedagógico ministrado.
			Etapa 1.5 Mapear práticas antirracistas de acesso à justiça desenvolvidas na interface Justiça, Segurança Pública e Sociedade Civil.	Unidade	1	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	01/05/2027	01/09/2027	Relatório de pesquisa analítico que reúne as experiências, os saberes e as práticas antirracistas já existentes na interface entre o sistema de justiça, a segurança pública e a sociedade civil.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (metas e etapas)

			Etapa 1.6 Entrega de Produtos – Finalização de cartilha e e-book	Unidade	1	R$ 79.371,00	R$ 79.371,00	01/09/2027	31/10/2027	Publicação de uma cartilha informativa e de um e-book científico/pedagógico, produzidos em coautoria com a equipe técnica e pesquisadores sociais, editados e finalizados por Editora Universitária.
CUSTOS INDIRETOS (artigos 2º e 8º do Decreto 10.426, de 2020)										R$ 100.457,94
REPASSE INTEGRAL DO INSTRUMENTO										R$ 850.000,00

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ ANO	VALOR
Outubro/2026	R$ 850.000,00
TOTAL	**R$ 850.000,00**

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

Código da Natureza da Despesa	Custo Indireto	Valor Previsto
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	não	R$ 749.542,06
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	sim	R$100.457,94

12. PROPOSIÇÃO e APROVAÇÃO

12.1 PROPOSIÇÃO

São Paulo - SP, na data da assinatura.

assinatura eletrônica

RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO
Reitora da Universidade Federal de São Paulo
Unidade Descentralizada

12.2 APROVAÇÃO

Brasília - DF, na data da assinatura.

assinatura eletrônica

SHEILA SANTANA DE CARVALHO
Secretária Nacional de Acesso à Justiça
Unidade Descentralizadora

ANEXO I - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

Tipo de Despesa	Descrição	Custo indireto	Quantidade	Valor unitário	Período em meses	Valor total
Depesas Correntes	Concessão de bolsa Vice-Coordenação Geral	não	1	R$ 3.450,00	11	R$ 37.950,00

Depesas Correntes	Concessão de bolsa Apoio Técnico à Comunicação	não	1	R$ 3.105,00	11	R$ 34.155,00
Depesas Correntes	Concessão de bolsa Pesquisadoras/es de Pós-Graduação	não	6	R$ 3.105,00	11	R$ 204.930,00
Depesas Correntes	Concessão de bolsa Docentes	não	10	R$ 3.450,00	5	R$ 172.500,00
Depesas Correntes	Concessão de bolsa Coordenação Geral	não	1	R$ 4.998,00	12	R$ 59.976,00
Depesas Correntes	Concessão de bolsa Pesquisador/a Social	não	6	R$ 1.140,00	10	R$ 68.400,00
Depesas Correntes	Concessão de bolsa Iniciação Científica	não	3	R$ 1.140,00	10	R$ 34.200,00
Depesas Correntes	Concessão de bolsa Apoio Técnico à Gestão do Projeto	não	1	R$ 3.105,00	12	R$ 37.260,00
Depesas Correntes	Contratação de serviços de pessoa jurídica (ex. transporte, gráfica etc.)	não	1	R$ 100.171,06	1	R$ 100.171,06
Depesas Correntes	Custos Indiretos (aluguéis, manutenção e limpeza de imóveis, fornecimento de energia elétrica e de água; e serviços de comunicação de dados e de telefonia, taxa de administração e consultoria técnica, contábil e jurídica conforme previsto no artigo 2º; e limite de vinte por cento do valor global pactuado conforme artigo 8º do Decreto 10.426, de 2020)	sim	1	R$ 100.457,94	1	R$ 100.457,94
Subtotal 1 - Despesas correntes						R$ 850.000,00
Subtotal 2 - Investimentos						R$ 0,00
TOTAL (1 - Despesas correntes + 2 - Investimentos)						R$ 850.000,00

Documento assinado eletronicamente por **Sheila Santana de Carvalho**, **Secretário(a) Nacional de Acesso à Justiça**, em 15/09/2026, às 15:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RAIANE PATRICIA SEVERINO ASSUMPCAO**, **Usuário Externo**, em 22/09/2026, às 13:49, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **37014020** e o código CRC **0FD6C782**
O documento pode ser acompanhado pelo site http://sei.consulta.mj.gov.br/ e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.